

Revogada pela Resolução nº.7, de 08 de outubro de 2020

~~RESOLUÇÃO Nº 03, de 14 de abril de 1992.~~

~~O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a decisão do Plenário do CNPCP, reunido em 25.02.92,~~

~~Resolve criar Comissões Especiais, previstas no seu Regimento Interno, para examinar os assuntos de competência do Colegiado, com a finalidade de descentralizar e agilizar o processo decisório.~~

~~Art. 1º — As Comissões serão denominadas:~~

- ~~a) Comissão de Matéria Penitenciária e Estudos Criminológicos;~~
- ~~b) Comissão de Matéria Penal; e~~
- ~~c) Comissão de Matéria Processual Penal.~~

~~Art. 2º — As Comissões terão as seguintes atribuições:~~

~~I — COMISSÃO DE MATÉRIA PENITENCIÁRIA E ESTUDOS CRIMINOLÓGICOS:~~

- ~~a. analisar as consultas formuladas, concernentes ao Indulto, Graça, Comutação de Penas, que em virtude de situações especiais devam ser submetidas ao CNPCP, nos limites de sua competência;~~
- ~~b. analisar as matérias referentes aos estabelecimentos prisionais, que por excederem às atribuições do DEPEN/MJ requeiram a audiência do Conselho;~~
- ~~c. analisar os assuntos vinculados ao sistema penitenciário, objeto de questionamento e dúvidas;~~
- ~~d. proferir pareceres sobre consultas de interpretação da Lei de Execução Penal e em processos relativos a Projetos e Anteprojetos de Leis concernentes à matéria Penitenciária e de Execução Penal;~~
- ~~e. examinar os fenômenos sociais e econômicos que repercutem na área Criminal e Penitenciária;~~
- ~~f. estimular a promoção de pesquisa criminológica, objetivando a melhoria do Sistema Penitenciário; e~~
- ~~g. estudar projetos sócio-econômicos para implantação de inovações tecnológicas dos movimentos de massa e migrações, propondo iniciativas que se insiram nas atribuições do CNPCP.~~

~~II — COMISSÃO DE MATÉRIA PENAL:~~

~~a. analisar processos relativos a Projetos e Anteprojetos de Leis; e~~

~~b. proferir pareceres sobre consultas concernentes à legislação penal.~~

~~III — COMISSÃO DE MATÉRIA PROCESSUAL PENAL:~~

~~a. analisar processos relativos a Projetos e Anteprojetos de leis; e~~

~~b. proferir pareceres sobre consultas concernentes à legislação processual penal.~~

~~Art. 3º — A Comissão de Matéria Penitenciária e Estudos Criminológicos será composta por 07 (sete) Membros e as demais por 03 (três) Membros, cada uma, cabendo ao Presidente do CNPCP a distribuição dos assuntos pertinentes, mediante a designação de um Relator da matéria a ser apreciada, posteriormente, pelo Plenário do Conselho.~~

~~Art. 4º — Em caso de impedimento de quaisquer dos Membros das Comissões, a falta será suprida pelo Presidente do CNPCP ou qualquer um dos Conselheiros por ele indicado.~~

~~Art. 5º — As questões decididas pelas Comissões, com os respectivos votos, serão submetidas à deliberação final pelo Plenário do CNPCP.~~

~~Art. 6º — Os casos omissos e as dúvidas surgidas, serão dirimidas pelo Presidente, ouvido o Colegiado.~~

~~Art. 7º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.~~

EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA
Presidente/CNPCP

Publicada no DOU de 22/04/92.

